

HABEAS CORPUS Nº 512.406 - RJ (2019/0151575-9)

RELATOR : **MINISTRO RIBEIRO DANTAS**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
MARILIA DE ABREU QUARESMA LEITAO
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : J DA C DE S (INTERNADO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido liminar, impetrado em favor de **J DA C DE S**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal e Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Consta dos autos que o Juízo de primeiro grau julgou procedente a representação oferecida pelo Ministério Público, pela prática de ato infracional equiparado ao delito previsto no art. 157, § 2º-A, I, do Código Penal, aplicando-lhe medida socioeducativa de internação.

Em sede recursal, o Tribunal de origem negou provimento ao apelo defensivo.

Neste *writ*, alega o impetrante que a gravidade abstrata do delito não constitui fundamento válido para aplicar a medida mais severa ao adolescente, bem como que tal providência não possibilitará a sua reintegração social.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão do direito de cumprir medida socioeducativa em semiliberdade.

É o relatório.

Decido.

A concessão de liminar em *habeas corpus* constitui medida excepcional, uma vez que somente pode ser deferida quando demonstrada, de modo claro e indiscutível, ilegalidade no ato judicial.

Na espécie, sem qualquer adiantamento do mérito da demanda, não vislumbro, ao menos neste instante, a presença de pressuposto autorizativo da tutela de urgência pretendida.

Assim, **indefiro** o pedido de liminar.

Solicitem-se, com urgência, informações à autoridade apontada como coatora e ao Juízo de primeiro grau, bem como senha processual, preferencialmente por malote digital, no prazo de 5 dias.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 11 de junho de 2019.

MINISTRO RIBEIRO DANTAS
Relator